



Apesar da vigilância policial, invasores continuam presentes no bairro São Pedro

Dono de lotes em São Pedro ganha liminar na Justiça

A firma Central Empreendimentos Imobiliários Ltda. ganhou liminar de ação de manutenção de posse impetrada pelo advogado Nilton Dias com o objetivo de resguardar a área de invasões que estão ocorrendo no bairro São Pedro, a 2 km do local.

O advogado alegou que o terreno da imobiliária está na iminência de ser invadido. Apurou-se ontem no Serviço de Patrimônio da União (SPU) que a firma possui há vários anos a ocupação legal porque o proprietário, Giorgio Venturini, inscreveu seu terreno no órgão apresentando uma escritura pública.

O advogado Nilton Dias não quis prestar maiores informações ontem alegando incompatibilidade de ordem "espiritual". Segundo ele, na condição de membro da Comissão de Justiça e Paz (CJP), ainda vem discordando da posição que o órgão religioso assumiu nas invasões e sobretudo do comportamento do advogado da mesma Comissão, Vasco Alves de Oliveira Júnior, um dos que defende os invasores na Justiça em uma ação de interdito proibitório, cuja liminar será julgada hoje.

Nilton Dias revelou que seu cliente, Giorgio Venturini, o proprietário da Central Empreendimentos Imobiliários,

comprou o terreno na região de mangues próxima ao bairro São Pedro antes de ser aberta a rodovia do Contorno. A estrada foi aberta tempos depois e parte da área — mede no total 500.000 m², conforme o advogado — ficou na parte superior da via e o restante para o lado do mangue. No SPU, um informante explicou que a escritura pública que Giorgio possui foi passada pelos ex-donos da área antes de se descobrir que o local era de marinha. Segundo a fonte, quando o órgão descobriu ser o terreno de marinha, Giorgio providenciou a inscrição — processo que lhe dá direito, embora em caráter precário a ocupar o local.

Assim, ainda de acordo com a fonte do SPU, a escritura não perdeu o valor legal, "apenas aquele que a possui ficou com a preferência na aforamento da área", garantiu.

Sobre a presença da polícia na área invadida e vizinhanças e que foi denunciada por invasores, o advogado Nilton Dias esclareceu que "antes da Justiça julgar se o reclamante é o dono legítimo da área ou não, é preciso a ação dos policiais para botar ordem e garantir a propriedade". Segundo Maria Correa, que quis fazer um barraco no local, o delegado de Defrauda-

ções e Falsificações, Josino Bragança, acompanhado de alguns policiais esteve na invasão segunda-feira passada no local próximo à propriedade de Giorgio Venturini e destruiu diversos barracos prendendo dois rapazes e espancando um homem além de apreender todo a madeira que estava sendo utilizada nas construções.

O advogado dos invasores, Vasco Alves de Oliverira Júnior vai requerer hoje a cassação da liminar da ação de manutenção de posse concedida sábado. De acordo com ele, a concessão da liminar teria sido irregular porque foi dada sábado último por juiz de plantão "cuja competência está restrita somente a processos de natureza criminal envolvendo réus presos". Em caso de ação cível, segundo Vasco, a competência é da Vara Cível "não cabendo a juiz de plantão poderes para apreciá-la". Outra razão que alegou para pedir a cassação da liminar é a presença da polícia, estava há quase uma semana afastada do local. Os policiais, disse Vasco, retornaram no fim-de-semana e invasores afirmaram a ele que ninguém poderia mais invadir porque a Polícia disse para todos que a liminar do juiz proibia isso.

Polícia vai reprimir invasões

Em encontro que manteve ontem com cerca de 20 proprietários de área próximas ao bairro São Pedro, na região invadida, o superintendente de Polícia Civil, coronel Décio Nascimento, garantiu a proteção das propriedades contra as invasões. Os donos de terrenos depois de se avistarem com o prefeito de Vitória, Carlito Von Schilgen, foram até a Superintendência para solicitar a proteção da Polícia para deter os invasores.

Falando sobre a atuação dos policiais na área da invasão, Décio Nascimento negou firmemente que tenha havido ou esteja havendo qualquer violência,

"qualquer, espancamento em invasores". "O que acontece", explicou ele, "é aquilo que nós chamamos de macaca de auditório: é algumas pessoas que combinam antes da polícia chegar. Quando as tábuas dos barracos estão sendo retiradas, essas pessoas começam a desmaiar para simular violências que estão sofrendo".

Sobre os materiais que os invasores empregam para a construção de barracos, apreendidos pela polícia o coronel disse que eles são encaminhados para o pátio da Superintendência. Quanto à conversa que manteve com os proprietários de terrenos na rodovia do Contorno, Décio orientou-os a procurarem a polícia mas com toda a

documentação das propriedades. Quanto à denúncia de espancamento de invasores por policiais civis, negou e disse que "tudo isso é politicagem". Revelou ainda que existe um inquérito em andamento onde pretende apurar quem são as pessoas responsáveis pelo estímulo às invasões acusando-as de "subversivas".

Coronel Décio lembrou também aos donos de terrenos que procurem a Justiça, formalizando um processo e juntando toda a documentação. Mas observou que a polícia pode evitar uma invasão antes da Justiça por causa da lenta tramitação na esfera forense.